

RÁDIO

Já escrevi que o nosso regime de rádio é o pior do mundo — pelo menos do mundo democrático.

Na Inglaterra, por exemplo, não existem estações particulares; só existe a BBC, que é uma instituição acima das paixões e futricas partidárias. Na França, onde a traição dos diretores de rádio na hora da invasão alemã foi total, o rádio também foi oficializada, mas quando se trata de assuntos políticos todos os partidos têm o direito de fazer ouvir suas opiniões. É claro que nesses países o rádio não se destina a servir à política do partido que estiver no governo. Não é do governo, é do Estado. Sem anúncios comerciais, pode exercer e exerce um grande papel educativo, além de informar e divertir.

Nos Estados Unidos as estações são de organizações particulares, assim como em outros países. O rádio então se comporta como a imprensa, burguesia, isto é, cada estação defende interesses e aspirações de um determinado partido ou grupo — e há concorrência.

No Brasil existem ao mesmo tempo o rádio oficial e o particular. O primeiro faz concorrência comercial tremenda ao segundo. Além disso, de acordo com os hábitos nacionais, sendo do Estado é do governo, e sendo do governo é do sujeito que está no governo, e de seu grupo. O rádio particular não tem nenhuma independência. Primeiro porque oprimido comercialmente pela concorrência do oficial, ele fica preso a mil interesses para poder se manter. Segundo porque as estações existem por uma concessão precária e podem ser suspensas ou fechadas com a maior facilidade. No lugar de educar, o rádio entre nós quase sempre deseduca. Se excetuarmos, além de um ou outro programa dos menos populares, a Roquete Pinto e a rádio do Ministério da Educação, podemos dizer que o rádio no Brasil contribui para abaixar o nível mental do povo, e embotar seu espírito e sua sensibilidade.

O que pretende fazer agora o sr. Vargas, através do general Ancora, (que nessa empreitada infeliz pode acabar perdendo seu crédito de Chefe de Polícia democrático) é liquidar de uma vez por todas com a já precária liberdade de rádio-difusão. Afirma-se que se trata apenas de colocar o presidente da República e outras autoridades a salvo de injúrias e calúnias. Mas injúrias e calúnias são crimes previstos em lei, e os que forem acusados desses crimes devem ser julgados — por juízes, naturalmente. Com os decretos agora desenterrados todo o julgamento cabe à Polícia, e a punição é imediata, com a suspensão das irradiações. Mesmo que levemos em conta o espírito de cordura e equidade do general Ancora, o perigo é tremendo. Ele é apenas um auxiliar de confiança do presidente da República (por que os embaixadores devem ser aprovados pelo Senado e o Chefe de Polícia da capital do país não?) e pode ser compelido ou substituído no caso de se opor a algum ato de violência.

Imagine-se o que isso quer dizer: sempre que uma crítica ao microfone desagradar ao Chefão, ele dirá que se sente caluniado ou injuriado (ainda há pouco, em Uruguaiana, ele fez essas lamúrias, quando a verdade é que ele tem sido até muito poupado em meio a essa enxurrada de escândalos e roubalheiras de seu governo) e pronto: fechará a estação.

A desculpa que vejo no vespertino oficioso (a "Última Hora" afinal ainda é oficioso?) é que se trata de combater o direito de insultar, impedir que "a ralé moral, a laia vil da sociedade" (isto é, a oposição) ofenda a "parte sadia", isto é, os Vargas, Jânios, etc.

A desculpa é velha, e sempre se repete na boca de todos os garroteadores da liberdade de opinião. Sem imprensa e rádio livres não há democracia. Sabemos perfeitamente que esses senhores não querem mesmo que haja democracia. Mas eles precisam ter paciência: nós queremos, e nós agora somos a população de um país, não mais a boiada de uma estância.

R. B.

25/9/53

472